

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)

	2013	2012		2013	2012
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	366.204	326.907	Circulante	239.124	211.338
Disponibilidades	8	12	Obrig. por repasses do País - Instituições oficiais	219.636	194.334
Aplicação interfinanceira de liquidez:	34.183	34.369	BNDES (Nota 8)	219.636	194.334
Operações de crédito	286.477	253.966	Outras obrigações	19.488	17.004
Setor privado (Nota 5 (a))	303.367	269.984	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	113	28
Prov./oper. de crédito de liquid. duvid. (N.6 (e)) (16.910)	(16.910)	(16.018)	Dividendos (Nota 13 (c))	5.797	6.438
Outros créditos	10.872	8.967	Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	7.640	6.903
IR e contribuição social diferidos (Nota 14 (b))	4.469	1.062	Outras obrigações (Nota 10)	5.938	3.635
Títulos e créditos a receber (Nota 5(a))	20	167	Exigível a longo prazo	469.778	420.510
Outros créditos diversos (Nota 6)	(442)	(248)	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	469.778	420.510
Outros valores e bens (Nota 7)	34.684	29.593	BNDES (Nota 8)	469.778	420.510
Realizado a longo prazo	515.887	471.836	Resultados de exercícios futuros	503	1.093
Operações de crédito	501.251	459.175	Receitas de exercícios futuros (Nota 12)	503	1.093
Setor privado (Nota 5 (a))	516.410	470.775	Patrimônio líquido (Nota 13)	173.946	166.541
Prov./oper. de crédito de liquid. duvid. (N.5 (e)) (15.159)	(15.159)	(11.605)	Capital	100.000	100.000
Outros créditos	14.636	12.666	Reservas de lucros	74.241	66.652
IR e contribuição social diferidos (Nota 14 (b))	14.723	12.805	Ajustes de avaliação patrimonial	(295)	(111)
Prov./outros créditos de liquid. duvid. (N.5 (e)) (87)	(87)	(139)			
Permanente	1.260	739			
Imobilizado de uso	1.056	987			
Imobilizado de uso	1.523	773			
Depreciações acumuladas	(467)	(376)			
Intangível	204	342			
Intangível	688	696			
Amortizações acumuladas	(484)	(354)			
Total do ativo	883.351	799.482	Total do passivo e patrimônio líquido	883.351	799.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31.12.2013 e 2012 e semestre findo em 31.12.2013
(Em milhares de Reais) - As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros result. abrang.	
Em 31 de dezembro de 2011	100.000	4.043	47.118	-	151.161
Dividendos complementares	-	-	(859)	-	(859)
Dividendos propostos	-	-	-	(6.438)	(6.438)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.788	22.788
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(111)	(111)
Destinações:					
Reserva legal	-	1.140	-	-	(1.140)
Reservas de lucros	-	-	15.210	-	(15.210)
Em 31 de dezembro de 2012	100.000	5.193	61.469	(111)	166.541
Varição do exercício	1.400	1.140	14.351	(111)	15.380
Em 31 de dezembro de 2012	100.000	5.183	61.469	(111)	166.541
Dividendos propostos	-	-	-	(5.797)	(5.797)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.386	13.386
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(184)	(184)
Destinações:					
Reserva legal	-	669	-	-	(669)
Reservas de lucros	-	-	6.920	-	(6.920)
Em 31 de dezembro de 2013	100.000	5.852	68.389	(295)	173.946
Varição do Exercício	689	689	6.920	(184)	7.405
Em 30 de junho de 2013	100.000	5.609	69.574	(227)	174.956
Dividendos propostos	-	-	-	(5.797)	(5.797)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.855	4.855
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(68)	(68)
Destinações:					
Reserva legal	-	243	-	-	(243)
Reservas de lucros	-	-	(1.185)	-	1.185
Em 31 de dezembro de 2013	100.000	5.852	68.389	(295)	173.946
Varição do semestre	243	243	(1.185)	(68)	(1.010)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2014.

3. Principais práticas contábeis: a. **Aparação de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. b. **Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. c. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular n° 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: i. **Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; ii. **Títulos disponíveis para a venda:** Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta desatada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e iii. **Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução n° 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59° dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60° dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução n° 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução n° 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. e. **Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. f. **Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos econômicos de lucros tributários futuros e

	2013	2012
Papel/lastro	Vir. de mercado	Vir. de mercado
LFT	21.056	21.051

	2013	2012
c. Composição da carteira por vencimento		
Vencimento	Emprest.	descont.
Vencidos	4.439	366
A vencer		
Até 3 meses	16.179	16.235
De 3 a 12 meses	30.729	-
De 1 a 3 anos	34.129	-
Após 3 anos	10.105	-
Total da carteira	95.581	16.601
Prov. para créditos de liquid. duvidosa crédito	(15.940)	(145)
Total líquido	79.641	16.456

	2013	2012
d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução n° 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução n° 2.682/99, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução n° 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.		
	Carteira	
Níveis de risco	% Oper. de proviss. crédito	Avais e fianças(*)
AA	0,0%	6.450
A	0,5%	172.227
B	1,0%	474.078
C	3,0%	90.399
D	10,0%	27.143
E	30,0%	37.071
F	50,0%	4.791
G	70,0%	379
H	100,0%	7.259
Total	819.797	21.038

	2013	2012
Outros	créd.	2013
AA	6.450	20.777
A	188.374	81.933
B	474.388	501.886
C	20.934	93.031
D	27.887	48.367
E	38.013	16.116
F	4.791	1.424
G	379	-
H	7.259	9.407
Total	840.855	772.941

	2013	2012
Níveis de risco	% Oper. de proviss. crédito	Avais e fianças(*)
AA	0,0%	-
A	0,5%	861
B	1,0%	4.741
C	3,0%	2.712
D	10,0%	2.714
E	30,0%	11.211
F	50,0%	2.396
G	70,0%	265
H	100,0%	7.259
Total	32.069	528

(*) **Avais e fianças** - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidas montam a R\$ 21.038 (R\$ 32.015 em 2012) e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de Fimame, Fimame Leasing e Leasing. Para fazer frente a eventuais perdas devido a necessidade de honrar tais avais e fianças, foi pro-

Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas. Caxias do Sul, 10 de fevereiro de 2014. A Administração.

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31.12.2013 e 2012 e semestre findo em 31.12.2013
(Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2013	Exerc. 2013	Exerc. 2012
Receitas da intermed. financeira	37.407	75.980	87.779
Operações de crédito	36.243	73.977	84.005
Res. de oper.com títulos e vlr mobil.	1.164	2.383	3.774
Despesas da intermed. financeira	(20.341)	(37.543)	(35.371)
Despesas de emprést. e repasses	(10.524)	(23.089)	(33.202)
Prov./créd. de liquid. duvid. (N.5(f))	(9.817)	(14.454)	(22.115)
Resultado bruto da intermed. financ.	17.066	38.437	52.462
Outras receitas (desp.) operac.	(9.108)	(16.159)	(13.223)
Rendas de tarifas bancárias	248	542	647
Despesas de pessoal	(5.241)	(10.124)	(8.319)
Outras desp. administr. (Nota 16)	(2.233)	(4.097)	(4.236)
Despesas tributárias (Nota 17)	(1.306)	(2.570)	(2.660)
Outras rec. (desp.) operac., liq. (N.18)	(576)	90	1.345
Resultado operacional	7.958	22.278	39.239
Result. não operacional (Nota 19)	364	458	(157)
Result. antes da tribut. s/o lucro	8.322	22.736	39.082
IR e contribuição social	(3.467)	(9.350)	(16.294)
Corrente (Nota 14 (a))	(7.229)	(14.554)	(14.069)
Diferido (Nota 14 (a))	3.762	5.204	(2.225)
Lucro liq. do semestre / exercício	4.855	13.386	22.788
Lucro liq. sem./exerc. por ação-RS	0,049	0,134	0,228

Demonstrações de valor adicionado - Exercícios findos em 31.12.2013 e 2012 e semestre findo em 31.12.2013
(Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2013	Exerc. 2013	Exerc. 2012
Receitas	27.626	62.616	87.499
Receitas de intermediação financeira	37.020	74.982	86.213
Receita de prestação de serviços	248	542	647
Outras rec. (desp.) oper. e não operac.	175	1.546	2.754
Prov./créditos de liquidação duvidosa	(9.817)	(14.454)	(22.115)
Recursos obtidos de terceiros	(10.524)	(23.089)	(33.202)
Despesas de intermediação financeira	(1.624)	(2.934)	(3.106)
Mater., energia, serv. de terc. e outros	15.478	36.593	51.191
Valor adicionado total bruto	(144)	(276)	(245)
Depreciação	15.334	36.317	50.946
Valor adicionado líquido produzido pelo Banco - Total a distribuir	4.729	9.143	7.470
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	3.928	7.651	6.142
Remuneração direta	585	1.116	1.011
Benefícios	218	376	317
FGTS	5.284	12.901	19.803
Impostos, taxas e contribuições	5.270	12.866	19.764
Federais	-	-	2
Estaduais	14	35	37
Municipais	466	887	885
Remuneração de capitais de terceir.	466	887	885
Aluguéis	466	887	885
Remuneração de capitais próprios	4.855	13.386	22.788
Dividendos	5.797	5.797	6.438
Lucros retidos	(942)	7.589	16.350
Valor adicionado distribuído	15.334	36.317	50.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstr. financ.

	2013	2012
Papel/lastro	Vir. de mercado	Vir. de mercado
CDI	13.127	13.127
	34.183	34.183

O título privado (certificados de depósito interfinanceiro - CDI) foi remunerado à alíquota de 101,9% DI (Depósito Interfinanceiro) acumulado pelo período de permanência do título até a data-base.

5. Operações de crédito: As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos, comprar e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de Financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Fimame Leasing. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

	2013	2012
a. Composição das operações de crédito		
Empréstimos	95.581	88.233
Títulos descontados	16.601	10.749
Comprar	4.694	8.078
Financiamentos	702.921	633.699
Circulante	819.977</	

na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **12. Resultados de exercícios futuros:** Constituídos por receitas com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing", a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2013	2012
2013	-	683
2014	393	300
2015	107	107
2016	3	3
	503	1.093

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 100.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 100.000.000,00. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 68.389 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.º do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos propostos no período, em consonância com a legislação societária e o estatuto social, foram calculados conforme abaixo:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	13.386	22.788
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(669)	(1.139)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	12.717	21.649
Dividendos propostos	5.797	6.438

Os dividendos propostos são aprovados pelo único controlador em 10/02/2014. Os resultados do exercício 2013 foram destinados a constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. O Ajuste de Avaliação Patrimonial é composto por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão e apresenta um saldo negativo de R\$ 295 (líquido de imposto de renda e contribuição social). O reconhecimento do ajuste de avaliação atuarial do plano de pensão é decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 33 (R1). **14. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes:** Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2º sem. 2013	Exerc. 2013	Exerc. 2012
Lucro antes da tribut. sobre o lucro	8.322	22.736	39.082
Imposto de renda e contrib. social às alíquotas nominais de 40%	(3.329)	(9.094)	(15.633)
Adições perman. no imp. corrente	(150)	(280)	(685)
Outras adições, líquidas	12	24	24
IR e contribuição social no resultado	(3.467)	(9.350)	(16.294)
IRPJ corrente	(4.604)	(9.189)	(9.041)
CSLL corrente	(2.625)	(5.365)	(5.028)
IRPJ diferido	2.386	3.252	(1.391)
CSLL diferido	1.376	1.952	(834)
	(3.467)	(9.350)	(16.294)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2013	2012
Aprovação		
Diferenças temporárias		
Prov.p/créditos de liquid.duvidosa (Nota 5 (e))	32.597	28.010
Créditos baixados para prejuízo	9.807	1.758
Provisão para contingências (Nota 11)	3.582	3.497
Prov.p/perdas em bens não de uso (Nota 7)	988	529
Perdas em bens não de uso baixados p/prejuízo	514	685
Provisão Marcoprev	492	186
Base de cálculo para IR e CS	47.980	34.665
Impostos diferidos - Imposto de renda (25%)	11.995	8.667
Impostos diferidos - Contribuição social (15%)	7.197	5.200
Ativo fiscal diferido	19.192	13.867
Ativo circual. (classificado em "Outros créditos")	4.469	1.062
Real. a longo prazo (classif. em "Outros créditos")	14.723	12.805
Ativo fiscal diferido	19.192	13.867
c. Movimentação		
Saldo anterior, em 31 de dezembro	13.867	16.018
Ajuste crédito tributário		
Crédito tribul. liq.constit.(revertido) no exercício	5.325	2.151
Saldo atual em 31 de dezembro	19.192	13.867

d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Rubens De La Rosa - Vice presidente do conselho

Carlos Zignani - Conselheiro
José Antonio Valliati - Conselheiro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Moneo S.A.

Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela de-

em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2013	2012
2013	1.062	1.062
2014	4.469	2.886
2015	3.948	4.856
2016	4.717	4.801
2017	6.055	240
2018	3	22
	19.192	13.867

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2013, calculado com base na taxa média de captação de 9,90% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 15.757 (R\$ 11.650 em 2012 à taxa de 7,29% a.a.). **15. Limite operacional (Acordo da Basília):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 31 de dezembro de 2013, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 17,61%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%.

16. Outras despesas administrativas	2º sem. 2013	Exerc. 2013	Exerc. 2012
Despesas de processamento de dados	273	547	620
Despesas com localiz. e funcionamento	379	704	650
Despesas de propaganda e publicidade	139	183	171
Desp. de serviços do sistema financeiro	330	642	484
Desp. de serviços técnicos especializ.	446	770	862
Despesas de viagem no país	290	563	646
Custas judiciais e cartorárias de bens retomados	154	263	474
Despesas com provisão para perdas com bens não de uso	-	-	6
Outras	222	425	321
	2.233	4.097	4.236

17. Despesas tributárias	2º sem. 2013	Exerc. 2013	Exerc. 2012
Progr. de integr. social (PIS) Contr. para o financ. da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.111	2.180
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	12	26
Outras despesas tributárias		2	9
Total		1.306	2.570

18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2º sem. 2013	Exerc. 2013	Exerc. 2012
Recup. de créditos baix. para prejuízo	740	1.562	2.280
Rendas de garantias prestadas			
Reversão provisões operacionais com veículos apreendidos	42	23	559
Reversão prov.para conting. fiscais	-	159	-
Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso)	(568)	(923)	(1.430)
Provisão de veículos apreendidos (bens não de uso)	(682)	(682)	-
Despesas com perdas ações judiciais	(8)	(21)	(34)
Provisão para contingências fiscais	(100)	(100)	(30)
	(576)	90	1.345
Outras receitas operacionais	782	1.816	2.839
Outras despesas operacionais	(576)	(944)	(1.494)
Outras provisões	(782)	(782)	-
	(576)	90	1.345

19. Resultado não operacional	2º sem. 2013	Exerc. 2013	Exerc. 2012
Despesas não operacionais	(89)	(326)	(513)
Receitas não operacionais	453	784	356
	364	458	(157)

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento). **20. Partes relacionadas: a. Transações e saldos:** O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 54 (R\$ 56 em 2012) no exercício para a Marcopolo S.A. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2013 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de R\$ 2.400. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ocorreram despesas no valor de R\$ 1.985 (R\$ 1.250 em 2012), conforme segue:

	2013	2012
Remuneração - pró-labore	735	538
Encargos sociais	165	121
Benefícios agregados	1.085	591
	1.985	1.250

A reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro 2013 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando

Diretoria

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

com as determinações da Resolução nº 3921/10 do BACEN. **c. Outras informações:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foi concedido financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2013 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 120 (R\$ 105 em 2012). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foramapurados em avaliação atuarial anual, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Foster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo apresentado:

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(1.479)	(1.532)
Valor justo dos ativos do plano	1.497	1.346
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(18)	-
Ativo (Passivo) líquido calculado	-	(186)

a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue:

	2013	2012
Passivo líquido no início do exercício	(186)	(5)
Ganho (perda) reconhecida	(125)	(160)
Efeito limite	-	-
Despesas no ano	191	(126)
Contribuições reais da empresa no ano	120	105
Passivo líquido provis. não revertido no período	(432)	-
Passivo líquido no final do exercício	(432)	(186)
Desp. liq. com o plano de pensão e de benef. pós-emprego concedidos e a conceder a func.:		
Despesas	2013	2012
Custo de serviço corrente	226	149
Juros sobre a obrigação atuarial	21	80
Remuneração dos efeitos reconhec. em ORA	(438)	(103)
	(191)	126

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

18. Hipóteses econômicas	Percentual ao ano	
	2013	2012
Taxa de desconto	12,27	9,32
Taxa de rend. esperada s/os ativos do plano	12,27	9,32
Aumentos salariais futuros	8,56	7,63
Inflação	5,40	4,50

c. Hipóteses demográficas

	2013	2012
Tábua de mortalidade	AT 2000	RRB 1983
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	RRB 1944
Tábua de entrada em invalidez		

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial segundo as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards) foi concluída em 24 de janeiro de 2014 e realizada pelos atuários independentes Tower Watson Foster & Crosby Ltda. **22. Estrutura de gerenciamento de risco: a. Risco operacional:** O Banco Moneo atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Compliance Officer e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **b. Risco de mercado:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer

flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e a alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Risco e Crédito. Também fazem parte desta estrutura: Compliance, Gerência Administrativa e Financeira, Gerência de Riscos e Auditoria Interna/Externa. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **c. Risco de crédito:** A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito e Cobrança, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Risco e Crédito, Gerência de Crédito e Gerência de Riscos. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **d. Risco de liquidez:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN no 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor de Risco e Crédito, Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **e. Gerenciamento de capital:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Risco e Crédito, Gerência de Riscos e Gerência Administrativa e Financeira. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Relatório de riscos:** O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações relativas a gerenciamento de riscos, exposição a riscos e à adequação de capital da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, conforme disposto na Circular 3.477/2009 do Banco Central do Brasil. **23. Outras divulgações:** A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretroativa) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada. De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Contador

Cleber Alexandre Bernart

CRC/RS 81.323/0-4